

LEI MUNICIPAL Nº 1.670/2021, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA A PARTICIPAR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO TAQUARI – CONSISA VRT, RATIFICAR AS DISPOSIÇÕES DO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GISELE CAUMO, Prefeita Municipal de Santa Tereza, Estado do Rio Grande do Sul,

Faço Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizado o Município de Santa Tereza – RS a participar do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Rio Taquari – CONSISA VRT, inscrito no CNPJ sob nº 07.242.772/0001-89, ratificando em todos os seus termos o o Estatuto Social da entidade, conforme documento incorporado a presente Lei.

§ 1º - O Consórcio previsto no caput deste artigo, criado com prazo indeterminado, tem como finalidade:

I - a gestão associada de serviços públicos;

II - a prestação de serviços, inclusive de assistência técnica, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;

III - o compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;

IV - a produção de informações ou de estudos técnicos;

V - a instituição e o funcionamento de escolas de governo ou de estabelecimentos congêneres;

VI - a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio-ambiente;

VII - o exercício de funções, no sistema de gerenciamento de recursos hídricos, que lhe tenham sido delegadas ou autorizadas;

VIII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados;

IX - a gestão e a proteção de patrimônio urbanístico, paisagístico ou turístico comum;

X - o planejamento, a gestão e a administração dos serviços e recursos da previdência social dos servidores de qualquer dos entes da Federação que integram o consórcio, vedado que os recursos arrecadados em um ente federativo sejam utilizados no pagamento de benefícios de segurados de outro ente;

XI - o fornecimento de assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano, rural e agrário;

XII - as ações e políticas de desenvolvimento urbano, socioeconômico local e regional;

XIII - o exercício de competências pertencentes aos entes da Federação, nos termos de autorização ou delegação;

XIV - ser instância de regionalização das ações e serviços de saúde coerente com os princípios e diretrizes do SUS;

XV - a viabilização de investimentos de maiores complexidades, que aumentem resolutividade de ações e serviços em saúde, preferencialmente na área de abrangência do CONSISA-VRT, priorizando dentro do possível a capacidade instalada e a sua resolutividade;

XVI - racionalizar os investimentos de compras, bem como de uso dos serviços de saúde, na sua região de abrangência;

XVII - realizar a compra de medicamentos a pedido dos municípios consorciados, através de uma central de compras, utilizando-se, para tanto, de processo de licitação ou pregão eletrônico, com o propósito de reduzir o custo.

§ 2º - A presente ratificação do Estatuto Social da entidade, que faz parte integrante desta lei, converte-se em contrato de consórcio.

Art. 2º Fica autorizado a Chefe do Poder Executivo Municipal a adequar sua execução orçamentária ao novo regime jurídico para Consórcios Públicos, adotado pela Lei Federal nº 11.107/2005, de forma a manter as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes do referido Consórcio, assumidas por Contrato de Rateio, sendo que, a título de contribuição mensal, o Município desembolsará o valor mensal de R\$724,92 (setecentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos) para a taxa administrativa do Consórcio, por 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato aqui autorizado, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de sessenta meses.

Art. 3º Aplica-se à relação jurídica entre o Município e o Consórcio Público o disposto na Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária:

41- Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
3.3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
0.0.0.0.0.00.00.00.00.00 – Orçamentária
03 – SEC.MUNIC.ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
04.122 – Administração Geral
0004 – ADMINISTRAÇÃO GOVERNAMENTAL
2.014 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
0001 – RECURSO LIVRE

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.513/2017 e Lei nº 1.603/2019, de 04 de dezembro de 2019.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Tereza, aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte um.

GISELE CAUMO
Prefeita Municipal

